Colaboração, política e futuro

PLÍNIO DOS SANTOS SOUZA

Sobre a autor:

Plínio dos Santos Souza. *Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas FGV. Especialista em Gestão de Recursos Humanos UCAM. Especialista em Prospectiva, Estratégia e Políticas Públicas UNB, Bacharel e licenciado em Psicologia UFF. Analista de Gestão em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Parecerista ad hoc Revista Científica da Faminas.*

RESUMO

A colaboração é um constructo de conotação prévia positiva que tem sido cada vez mais reconhecida nos mais diversos campos. Na Administração Pública, uma das principais hipóteses desse movimento é a complexidade dos problemas públicos em um contexto cada vez mais conectado e restritivo de recursos. A lógica colaborativa perpassa diferentes campos de conhecimento e rompe com a lógica de comando-controle da linha hierárquica tradicional e insere a transversalidade, a conexão, as redes. Neste sentido, pensar a política do futuro é pensar de forma colaborativa. É aprender a operar nesse novo paradigma que rompe os limites das próprias organizações e dos próprios Poderes para trabalhar de forma conjunta em organizações de diferentes naturezas e com a sociedade civil em um processo de consenso deliberativo. Esta, portanto, é a razão desse ensaio teórico enfatizar a lógica colaborativa na esfera política como uma atitude essencial para a construção de uma participação mais efetiva da sociedade.

Palavras-chave: colaboração; política; administração pública; sociedade

ABSTRACT

Collaboration is a construct of positive prior connotation that has been increasingly recognized in the most diverse fields. In Public Administration, one of the main hypotheses of this movement is the complexity of public problems in an increasingly connected and resource-constrained context. Collaborative logic cuts across different fields of knowledge and breaks with the command-control logic of the traditional hierarchical line and inserts transversality, connection, networks. In this sense, to think about the politics of the future is to think collaboratively. It is learning to operate in this new paradigm that breaks the limits of the organizations and the Powers themselves to work together in organizations of different natures and with civil society in a process of deliberative consensus. This, therefore, is the reason for this theoretical essay to emphasize the collaborative logic in the political sphere as an essential attitude for the construction of a more effective participation of society.

Keywords: collaboration; politics; public administration; society

1. Colaboração

A colaboração é um constructo de conotação prévia positiva que tem sido cada vez mais reconhecida no campo da Administração Pública. E, embora existam diferentes concepções acerca do termo, por exemplo, ser compreendida enquanto sinônimo de cooperação (Huxham, 2000). Há uma compreensão geral de que colaborar significa atuar de forma conjunta para o alcance de determinado objetivo em comum. Para fins conceituais, o trabalho adota como definição de colaboração a compreensão de Thompson e colaboradores (2007, p. 20):

> *como um processo que em atores autônomos ou semiautônomos interagem através de negociações formais e informais, criando conjuntamente regras e estruturas que governam suas relações e modos de ação ou de decisão sobre as questões que os uniram, é um processo que envolve normas compartilhas e interações mutuamente benéficas.*

Assim, na interface entre Administração Pública e Política, a colaboração tem sido um importante instrumento para se pensar as políticas públicas de forma deliberativa através da cocriação incorporando a sociedade civil em seu processo de elaboração.

2. Governança Colaborativa

Para operacionalizar o objetivo descrito acima, a Governança Colaborativa tem sido adotada enquanto modelo ou referencial teórico, pois guarda algumas importantes características – funciona na lógica das redes, é realizada através de um processo de construção de consenso sob a ótica de múltiplas partes, é uma "governança com propósito" (Martins e Costa, 2017, p. 12), ou seja, com um

viés prático. Adota-se para fins de compreensão, o conceito mais abrangente de Governança Colaborativa de Emerson, Nabatchi e Balogh (2011, p. 02) como:

> *processos e estruturas de tomada de decisões e gerenciamento de políticas públicas que envolvem pessoas de forma construtiva em todos os limites das agências públicas, níveis de governo e / ou as esferas pública, privada e cívica para realizar um propósito público que não poderia ser realizado de outra forma.*

Observe que há, entre outros, alguns aspectos relevantes na definição como a compreensão de que há um propósito público em jogo em que as partes são interdependentes de forma que o objetivo comum não pode ser alcançado de outra forma. E o envolvimento das diferentes esferas (público, privada e cívica) na cocriação e no aprimoramento das políticas públicas, dentre estas, a esfera da política.

3. Colaboração, política e futuro

O debate sobre a formação cidadã e participação na política do país levam à reflexão das atitudes ou das posturas esperadas e/ou desejadas para os políticos. E por que não falar de uma reflexão sobre a própria política brasileira? Para ajudar na complexa tarefa da resposta à pergunta, acredita-se que a função política deva possuir uma predisposição ao novo, à abertura de conhecimentos no campo da Administração Pública, em seu caráter mais técnico, e na sutil interface dessa com outros campos tais como: Direito, Economia, Ciências Sociais entre outros. Para contribuir neste sentido, é essencial que os políticos do futuro compreendam as principais lógicas que se sobrepõem umas às outras por determinado período e/ou fundamentam ações no campo da Administração Pública. As lógicas da hierarquia, do mercado e das redes coexistem e norteiam e explicam consideráveis ações ou políticas públicas. De acordo com Pires e

Gomide (2016, p. 124) “a hierarquia designa um princípio marcado pela imposição por meio de leis e de estruturas organizacionais”. Já a lógica de mercado está baseada nas “interações entre os atores e baseiam em trocas autointeressadas que se organizam em relações contratuais, as quais poderiam ser aplicadas às atividades de governo”. Já as redes se sustentam nas “relações entre os atores envolvam interdependência, confiança, identidade, reciprocidade e compartilhamento de valores ou objetivos ...”. Logo, estes são valores cruciais a serem observados e cultivados para os políticos – a ideia de corresponsabilidade caracterizada pela lógica das redes – em que não fragmenta a lógica privado-pública e inclui as partes envolvidas como corresponsáveis pelos objetivos ou propósitos finais colaborativos. Para desempenho e promoção dessas ações colaborativas Newman e colaboradores (2004, p. 203) defendem a exploração de “processos de participação em fóruns deliberativos - como painéis de usuários, fóruns de jovens, comitês de área - desenvolvidos como um meio de incentivar um modo de cidadania participativo mais ativo e de melhorar os serviços (...)”. Na compreensão desses autores, o contexto político é um poderoso incentivo para propiciar a colaboração do cidadão. Por consequência, se pode arriscar que a política do futuro deva ser uma política que em perder a centralidade no atendimento às demandas do cidadão – precisa operar de forma mais aberta, mais conectada e mais sob a lógica de redes e da colaboração.

4. Conclusão

Em termos de considerações finais, espera-se que atuais e crescentes experiências como as de Governança Colaborativa bem como de outras como Governo Aberto, Laboratórios de Inovação impulsionem e despertem a classe política para uma outra lógica que passa a imperar no atual mundo cada vez mais conectado, volátil e incerto. Assim de acordo Newman e colaboradores (2004, p. 217) trabalhar a participação pública através da Governança

Colaborativa é uma "proposição que a expansão de novas formas de engajamento entre Estado e cidadãos podem ser vistas como uma nova forma de Governança Colaborativa que pode responder de forma mais prontamente a sociedades complexas, diversas e dinâmicas. Em termos conclusivos, é essencial que os atuais e futuros políticos compreendam a lógica e a importância colaborativa na interface entre Administração Pública e Política. Porque a colaboração não pode ser compreendida como "último recurso após as falhas das demais estratégias" – Ansell e Gash (2018, p. 17).

5. Referências Bibliográficas

ANSELL, C; GASH, A. Collaborative Platforms as a Governance Strategy. Journal of Public Administration Research and Theory, p. 16–32, 2018.

EMERSON, K.; NABATCHI, T.; BALOGH, S. An integrative framework for collaborative governance, Journal of Public Administration Research and Theory, v.22, p. 1-29, 2011.

HUXHAM, C. The challenge of collaborative governance. Public Management, v.2, p 337- 358, 2000.

MARTINS, H. F; COSTA, R. R. Um modelo de maturidade colaborativa: proposta inicial e validação do conteúdo. Revista Est. de Políticas Públicas, Santiago, Chile, p. 11-23, jun. 2017.

NEWMAN, J; BARNES, M; SULLIVAN, H; KNOPS, A. Public participation and collaborative governance. Journal of Social Policy, 33(2), pp. 203–223, 2004.

PIRES, R. R. C; GOMIDE, A. A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Rev. Sociol. Política, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun, 2016.

SOUZA, P. S. Capacitação sob a ótica da Governança Colaborativa: uma análise do grau de maturidade das parcerias da Fiocruz. 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2018.

THOMSON, A. M; PERRY, J. L; MILLER, T, K. Conceptualizing and Measuring Collaboration. Journal of Public Administration Research and Theory, p. 01 – 34, 2007